

em MOVIMENTO

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE SINDICATOS DE ENGENHEIROS

fisenge

FILIADA À:



ano 5, n. 10, jul / ago / set 2014



CONGRESSO ELEGE NOVA DIRETORIA DA FISENGE

SINDICATOS FILIADOS À FISENGE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

Tel: (71) 3335-0510
Telefax: (71) 3335-0157
senge@sengeba.org.br
www.sengeba.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Telefax: (27) 3324-1909
senge-es@senge-es.org.br
www.senge-es.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tel: (31) 3271-7355
Fax: (31) 3546-5151
contato@sengemg.com.br
www.sengemg.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

Tel: (41) 3224-7536
senge-pr@senge-pr.org.br
www.senge-pr.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

Telefax: (83) 3221-6789
secretariajp@sengepb.com.br
www.sengepb.com.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Telefax: (81) 3227-1361
sengepe@hotmail.com.br
www.sengepe.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tel: (21) 3505-0707
contato@sengerj.org.br
www.sengerj.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO RIO GRANDE DO NORTE (SEA-RN)

Avenida Santos Dumont, 479,
Conjunto Mirassol, Capim Macio,
Rio Grande do Norte.
CEP: 59078-200

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA

Telefax: (69) 3224-7407
sengero@brturbo.com.br
www.sengero.org

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SERGIPE

Telefax: (79) 3259-3013
3259-2867 / 3211-1385
sengese@sengese.org.br
secretaria@sengese.org.br
www.sengese.org.br

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA (RJ)

Tel: (24) 3343-1606
Telefax: (24) 3342-4320
senge-vr@quicknet.com.br
www.senge-vr.org.br

SEAGRO-SC SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA

Tel: (48) 3224-5681
seagro@seagro-sc.org.br
www.seagro-sc.org.br

FISENGE

Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros

Avenida Rio Branco, 277,
17º andar, Cinelândia, Rio
de Janeiro

(21) 2533-0836

www.fisenge.org.br

fisenge@fisenge.org.br

Facebook: www.facebook.
com/fisenge

Twitter: twitter.com/fisenge



“**T**odo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”, aponta o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Brasileira. A democracia representativa não é um princípio à deriva e seu exercício se dá nas urnas. O processo eleitoral é um momento único, que nos permite avaliar programas, formular escolhas e fortalecer nossos sonhos sobre o Brasil que queremos. O voto foi bravamente conquistado pelo povo brasileiro e este direito representa luta e festa cívica.

O despertar para o exercício do voto exige formulação e avaliação programática, especialmente num país controlado por meios de comunicação conservadores. No período eleitoral, temos a tarefa de lutar contra o pensamento único e exercer a pluralidade de ideias e pensamentos. A conquista de corações e mentes se fortalece com o debate nas ruas, nas casas, nos sindicatos, nos partidos e em todos os espaços coletivos. Tornar cotidiano o questionamento do senso comum e das ações dominantes é uma árdua tarefa e uma vitória simbólica que avança para mudanças concretas. É preciso extrapolar as cabines de votação e tornar a política viva no dia a dia das pessoas.

Da democracia representativa para a democracia participativa ainda há um longo caminho, principalmente se a reforma política continuar a ser procrastinada pelas bancadas conservadoras do Congresso Nacional. A grande adesão ao Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva demonstra a força do povo, que quer participar diretamente das decisões e reivindica condições mais justas nas eleições, como o financiamento público de campanha e o fortalecimento de programas políticos, e não de personagens. A democracia não se reduz ao ato de votar, porém abdicar de votar vai na contramão da democracia.

Infelizmente, talvez como reflexo do discurso de negação de partidos, sindicatos e demais representações nas manifestações, é crescente a defesa do voto nulo ou branco. Negar a luta dos trabalhadores brasileiros pelo exercício do voto significa negar a História. A socialização da política está no cerne do debate e exige aprofundamento da democracia. O voto é um dos instrumentos fundamentais para o fortalecimento da cidadania brasileira. Outros caminhos estão surgindo e apontam para uma única direção: a necessária reforma do sistema político, a democratização dos meios de comunicação e a ampliação dos espaços de participação social.

Em véspera de eleição à Presidência da República e do nosso Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, é preciso afirmar princípios como transparência, ética e o comprometimento com a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

Vamos às urnas com a consciência de que essa construção depende de cada um e de cada uma de nós!

CLOVIS FRANCISCO NASCIMENTO FILHO
PRESIDENTE

SUMÁRIO

- entrevista
7 PRESIDENTE ELEITO DA FISENGE
CLOVIS NASCIMENTO
Camila Marins
- desenvolvimento nacional
10 UMA LUTA POR IDEIAS
Carolina Guimarães (Senge-BA)
e Flávio Borgneth (Senge-ES)
- debate necessário
14 CARTA DO RIO DE JANEIRO
- seguir em frente
16 NOVA DIRETORIA DA FISENGE É ELEITA
- entrevista
18 EX-PRESIDENTE DA FISENGE,
CARLOS ROBERTO BITTENCOURT
Márlon Reis
- engenharia em pauta
20 PRESIDENTES DE SINDICATOS
DE ENGENHEIROS DIZEM
O QUE ESPERAM DO NOVO GOVERNO
João Pedro Amorim
- desafios para o Confea
25 EX-PRESIDENTES DO CONFEA
DESTACAM PAPEL DA ENGENHARIA
NA SOCIEDADE BRASILEIRA
Camila Marins (Fisenge)
Katarine Flor (Senge-RJ)
- memória e verdade
26 ENGENHEIRO RUBENS PAIVA, PRESENTE!
Camila Marins (Fisenge)

- memória sindical
- 29 LIVRO QUE RESGATA OS 20 ANOS
DE LUTAS DA FISENGE É LANÇADO
Camila Marins (Fisenge)

- uma questão de gênero
- 30 ENSAIO FOTOGRÁFICO SOBRE
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
ENGENHEIRAS NO 10º CONSENTE
Adriana Medeiros

- uma questão de gênero
- 33 MULHERES AMPLIAM PARTICIPAÇÃO
EM CONGRESSO NACIONAL
Caroline Diamante (Senge-MG)

- autonomia feminina
- 34 PRIMEIRA ENGENHEIRA
DA PARAÍBA É HOMENAGEADA
Dejanine Araújo
(Senge-PE)

- renovação sindical
- 36 I FÓRUM DE ESTUDANTES APONTA
RENOVAÇÃO SINDICAL COMO DESAFIO
Camila Marins (Fisenge) e
Katarine Flor (Senge-RJ)

- democratização da comunicação
- 38 REDE DE COMUNICAÇÃO
DA FISENGE É CONSOLIDADA
EM CONGRESSO

- direitos humanos
- 40 SENGE-RJ E FISENGE INAUGURAM
BUSTO DE RUBENS PAIVA
EM FRENTE AO DOI-CODI
Marcelle Pacheco (Senge-RJ)



Adriana Medeiros

seguir em frente



Adriana Medeiros

uma questão
de gênero



Adriana Medeiros

direitos humanos

DIRETORES DA FISENGE

DIRETORIA EXECUTIVA (2014 / 2017)

Diretor Presidente
CLOVIS FRANCISCO
NASCIMENTO FILHO

Diretor vice-presidente
ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE

Diretor Financeiro
EDUARDO MEDEIROS PIAZERA

Diretora Financeira Adjunta
SILVANA MARÍLIA VENTURA PALMEIRA

Diretor Secretário Geral
FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB

Diretor de Relações Sindicais
ULISSES KANIAK

Diretoria da Mulher
SIMONE BAÍA PEREIRA GOMES

Diretora Executiva
GIUCÉLIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO

Diretor Executivo
RAUL OTÁVIO DA SILVA PEREIRA

Diretor Executivo
GILSON LUIZ TEIXEIRA NERI

DIRETORES SUPLENTES (2014/2017)

Diretor Executivo Suplente
JOSÉ EZEQUIEL RAMOS

Diretor Executivo Suplente
FRANCISCO JOSERÁLDO
MEDEIROS DO VALE

Diretor Executivo Suplente
VALTER FANINI

Diretor Executivo Suplente
JORGE DOTI CESA

Diretor Executivo Suplente
GUNTER DE MOURA ANGELKORTE

Diretora Executiva Suplente
ANILDES LOPES EVANGELISTA

Diretora Executiva Suplente
ELOISA BASTO AMORIM DE MORAES

Diretor Executivo Suplente
NILTON SAMPAIO FREIRE DE MELLO

CONSELHO FISCAL EFETIVO (2014/2017)

Diretor do Conselho Fiscal
GERALDO SENA NETO

Diretor do Conselho Fiscal
ADELAR CASTIGLIONI CAZAROTO

Diretor do Conselho Fiscal
ROLF GUSTAVO MEYER

CONSELHO FISCAL SUPLENTES (2014/2017)

Diretor Suplente do Conselho Fiscal
ALÍRIO FERREIRA MENDES JUNIOR

Diretor Suplente do Conselho Fiscal
ROMULUS AUGUSTUS BATISTA DE LIMA

Diretora do Conselho Fiscal
MARIA VIRGINIA MARTINS BRANDÃO

EM MOVIMENTO

é uma publicação da Fisenge -
Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros.

Av. Rio Branco, 277, 17º andar
Centro, Rio de Janeiro
CEP: 20040-009

Tel/Fax: (21) 2533-0836
2532-2775

fisenge@fisenge.org.br
www.fisenge.org.br
www.facebook.com/fisenge
twitter.com/fisenge

CONSELHO EDITORIAL

Clovis Nascimento, Roberto
Freire, Simone Baía, Silvana
Palmeira e Gilson Neri

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Camila Marins
MTB: 47.474/SP

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Jornalistas: Camila Marins (Fisenge);
Caroline Diamante (Senge-MG);
Carolina Guimarães (Senge-BA);
Dejanine Araújo (Senge-PR);
Flávio Borgneth (Senge-ES);
João Pedro Amorim (Senge-PR);
Katarine Flor (Senge-RJ)

Vídeo: Coletivo Tatzararoio de
Comunicação e Cultura: André
Vieira; Sebastián Soto; Victor
Villegas e Marcela Farfan

Fotografia: Adriana Medeiros e
Christina Bocayuva

REVISÃO

Sheila Jacob

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Evlen Lauer

IMPRESSÃO

Walprint Gráfica e Editora
Tiragem: 8.200

É permitida e estimulada a
reprodução, desde que
citada a fonte.



"Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil", afirmou o presidente eleito da Fisenge, CLOVIS NASCIMENTO

POR CAMILA MARINS
(Fisenge)

Eleito presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), o engenheiro civil e sanitarista Clovis Nascimento faz um balanço positivo do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge) e aponta os desafios para o futuro. Clovis atualmente é presidente da Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae, no Rio de Janeiro, e presidente da Confederação dos Técnicos e Trabalhadores Universitários (Confetu). Foi diretor nacional de água e esgoto do Ministério das Cidades, convidado pelo então ministro Olívio Dutra e, até hoje, contribui no Comitê Técnico de Saneamento do Conselho Nacional das Cidades.

Qual o saldo político deste congresso?

O 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros foi o maior evento que a Fisenge já realizou, tanto do ponto de vista da participação dos delegados quanto da qualidade dos debates e das apresentações. Isto se deve ao temário escolhido, que não foi fruto de uma cabeça coroadada, e sim de uma construção coletiva junto com todos os sindicatos e o apoio do Departa-

mento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Percebemos, durante o congresso e as discussões, que nossa escolha foi muito certa, absolutamente conectada à agenda contemporânea, à realidade brasileira e à discussão da agenda política dos candidatos à presidência da República. Vamos oferecer contribuições efetivas para o desenvolvimento do Brasil, como a proposta que defende a Petrobras 100% estatal e pública. Já quanto ao segundo tema, sobre o movimento sindical, há que se registrar que o mundo do trabalho é dinâmico. O dinamismo do mundo do trabalho interfere diretamente na relação capital e trabalho. Um dos subtemas é o nosso carro-chefe nas questões corporativas que é a negociação coletiva. Outro debate fundamental é a formação profissional. Não adianta estudar temas mirabolantes fora da realidade do mundo do trabalho e da realidade brasileira. O engenheiro, por sua formação, capacidade de formulação e pela experiência vivida ao longo da sua carreira, certamente vai contribuir com propostas para o desenvolvimento do Brasil.

Um dos temas debatidos foi a necessidade de uma reforma política. De que forma podemos avançar?

Reforma política, para nós, é imprescindível. Não dá para procrastinar mais essa tão almejada reforma política. Não dá para ficar restrito aos padrões dos parlamentares e seus interesses, porque não farão a reforma



QUEREMOS CONTRIBUIR
PARA UMA REFORMA
POLÍTICA PROFUNDA. O
PLEBISCITO POPULAR
POR UMA CONSTITUINTE
EXCLUSIVA É UM
ESFORÇO NOSSO

que o povo brasileiro imagina e precisa. Queremos contribuir para uma reforma política profunda. O plebiscito popular por uma constituinte exclusiva é um esforço nosso e dos movimentos social e sindical para promover essa concertação Brasil afora e colocar a reforma política na agenda do País. Essa reformulação não é simplesmente a definição de financiamento de campanha. Significa obter efetivamente os avanços com a participação do cidadão e da cidadã, porque o povo ainda está muito distante. Precisamos inserir o povo, ou seja, discutir com amigos, vizinhos, no trabalho, nos sindicatos, na federação.

O I Fórum de Estudantes no Consenge e a participação das mulheres foram um verdadeiro sucesso de representatividade. Iniciativas como estas contribuem para projetos de inclusão sindical?

Certamente, não apenas de inclusão sindical, como inclusão social. Acredito que a inserção das mulheres é inexorável. Ainda que de



O DINAMISMO DO MUNDO
DO TRABALHO INTERFERE
DIRETAMENTE NA RELAÇÃO
CAPITAL E TRABALHO

forma um pouco tímida, as mulheres já estão inseridas no processo. Precisamos de mulheres para dar contribuição nas questões políticas do Brasil. Outro ponto mais nevrálgico é a reformulação de quadros. A mídia brasileira tem feito trabalho de negação da política, dos políticos, dos movimentos sindicais e sociais e esse discurso é muito perigoso. Temos que discutir e buscar alternativas necessárias para uma renovação de quadros, que não dá para esperar mais. Fiquei muito feliz com a representação dos estudantes em nosso Congresso. Nos seus sindicatos, jovens têm tido participação, a qual precisa ser ampliada. Nossos dirigentes estão atentos, colaborando para que haja essa aglutinação dos estudantes, que é garantia de renovação em curto, médio e longo prazos. Renovação sindical não se faz de forma abrupta, porque, além de preservar o processo histórico, é preciso haver formação política, para que os jovens se inteirem do processo histórico com perspectivas de futuro próximo, principal-

mente sem perder a coerência do trabalho sindical feito até aqui.

Um dos momentos mais marcantes e emocionantes do Congresso foi a homenagem a Rubens Paiva. Por que homenageá-lo?

Homenagear Rubens Paiva em nosso congresso foi marcante. Rubens foi engenheiro e combativo político brasileiro, covardemente assassinado nos porões da ditadura. O Brasil precisa virar essa página da História, para que episódios como a ditadura militar jamais se repitam em nosso país. A Comissão da Verdade tem atuado, mas precisa ser reforçada, amparada e respaldada para dar total transparência ao que aconteceu no Brasil. É fundamental mostrar para a juventude as memórias e a verdade do passado de horror que não queremos nunca mais no nosso país.

Qual o papel da engenharia brasileira na defesa de riquezas estratégicas?

A engenharia brasileira tem nos orgulhado na prospecção de petróleo, porque o mundo não conseguiu chegar ao patamar a que nós chegamos, graças ao trabalho da Petrobras e seus engenheiros e geólogos na descoberta do pré-sal. Lutamos e continuaremos lutando para que esta riqueza seja apropriada pelo povo brasileiro. O Brasil tem dado passos importantes nesse campo, da mesma forma, na indústria. A nossa política industrial, de modo geral, precisa contribuir, preferencialmente com o mercado interno, sem abrir mão da política de exportação, promovendo



NÃO ABRIMOS MÃO
DAS QUESTÕES
CORPORATIVAS, MAS
TEMOS UM COMPROMISSO
MAIOR: CONTRIBUIR COM
PROPOSTAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO
NOSSO PAÍS

novos postos de trabalho e desenvolvimento do país. Jamais permitiremos que a política industrial se esvazie como nos anos 1990 e resulte em demissões e retrocesso no Brasil.

Ao final do Congresso, quais serão os apontamentos para o futuro?

O resultado do Congresso vai se transformar na base de lançamento do planejamento estratégico da Fiesge no início do próximo ano com a participação de todos os sindicatos, seguindo nossa tradição histórica de democracia interna. Acreditamos na construção coletiva e participação plural. Conclamamos a todos e a todas para participarem desse projeto de construção do país. Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil. Não abrimos mão das questões corporativas, mas temos um compromisso maior: contribuir com propostas para o desenvolvimento do nosso país em busca de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária.



É FUNDAMENTAL MOSTRAR
PARA A JUVENTUDE AS
MEMÓRIAS E A VERDADE DO
PASSADO DE HORROR QUE
NÃO QUEREMOS NUNCA
MAIS NO NOSSO PAÍS

UMA LUTA POR IDEIAS



Palestras
do 10º Consenge
refletem sobre
os desafios da
engenharia nacional e
do movimento sindical

POR CAROLINA GUIMARÃES (Senge-BA)
E FLÁVIO BORGNETH (Senge-ES)

Que projeto de nação nós queremos? Como podemos construí-lo? E qual é o papel da engenharia nessa construção? Estas foram algumas das perguntas que permearam os três dias de discussões do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). A partir do tema central “Um projeto de Nação para o Brasil”, os cerca de 400 congressistas puderam refletir e debater sobre o desenvolvimento do país, os desafios para o exercício da engenharia e dos movimentos sindicais.

INTERESSES E VALORES

O ex-ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, fez a palestra magna de abertura do evento, sobre o tema central do Congresso. Ele avaliou as consequências do neoliberalismo e as contradições da ideia de globalização. Segundo o ex-ministro, apesar de o modelo neoliberal ter sido derrotado eleitoralmente no Brasil, seus valores ainda estão presentes nas práticas sociais. Ele afirmou que, nos últimos 12 anos, os governos populares realizaram profundas transformações econômicas e sociais, mas não conseguiram avançar nas disputas de valores. “Pensávamos que as políticas sociais fariam por si só. Mas não basta só executar as políticas se os valores não mudam”. Dulci defende que os atores políticos pensem nos interesses coletivos. “A questão é o sentido das escolhas que os partidos e sindicatos fazem. Se isso

interessa para todos, ou apenas para uma parte”, apontou.

Dulci também destacou que a temática escolhida pelo 10º Consenge debate as questões dos engenheiros em diálogo com os pontos cruciais da economia, da política e da sociedade brasileira. “Trata-se de uma proposta que combina a defesa dos interesses imediatos e históricos. Esta organização é sinal de consciência política elevada”, disse. Ele encerrou falando sobre a importância da participação dos jovens na política, alertando que, hoje, muitos não se envolvem nas organizações sociais clássicas, como os sindicatos. “Mas isso não significa que eles sejam alienados. Eu não acredito nisso. Muitas vezes, eles só querem participar de outra forma. Isso é um desafio para os movimentos sindicais”, afirmou.

ESTAGNAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O segundo dia de palestras trouxe a temática “O papel do Estado Brasileiro no Desenvolvimento Nacional”, com participação do ex-diretor da Cepal e professor da UFRJ, Ricardo Bielschowsky, e do Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério do Planejamento, Mauricio Muniz Carvalho. Eles teceram um histórico dos projetos nacionais de desenvolvimento econômico e social do país e suas consequências. O enfoque de Bielschowsky foi a economia; já Muniz trouxe dados detalhados dos programas de desenvolvimento social de que é secretário.



Adriana Medeiros

Ex-ministro Luiz Dulci fala sobre a construção de um projeto de nação solidária e fraterna

Bielschowsky analisou o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, bem como trouxe índices de produtividade, salários médios, oferta de crédito, taxas inflacionárias e de juros para defender que “a maré vai bem”, apesar de muita gente dizer o contrário. “Os números não indicam crise. É uma coisa eleitoreira falar em crise. Não há nada fora do controle”, analisa. O professor também defende que o motor adequado ao desenvolvimento passa por mais empregos e maior renda per capita. “E precisamos da indústria para dar progresso técnico, dar emprego e possibilitar crescimento em médio prazo”, enfatiza.

Os aparelhos produtivos e sua modernização também foram abordados por Mauricio Muniz que, assim como seu companheiro de mesa, ci-

Christina Bocayuva



Transversalização da questão de gênero foi debate na mesa sobre movimento sindical

Adriana Medeiros



Engenharia é apontada como estratégica em debate sobre desenvolvimento nacional

tou posturas do setor produtivo brasileiro. “Regra geral, parece que o empresário investe para tentar manter rentabilidade em cima do que existe, mas não investe para frente. Se ele não faz isso temos que aumentar a radicalidade no tratamento dessa questão”, aponta o secretário,

que apresentou um minucioso levantamento dos investimentos nacionais feitos na atualidade.

PARTICIPAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Dedicado ao tema “O papel do movimento sindical frente às mo-

dificações do mundo do trabalho”, o terceiro e último dia de palestras trouxe a secretária nacional de saúde do trabalhador da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Batista; o secretário nacional de Previdência, Aposentados e Pensionistas, da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Pascoal Carneiro; e o professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Adalberto Moreira Cardoso.

Cardoso fez um resgate histórico lembrando alguns dos momentos essenciais da luta sindical. Ele enfatizou as conquistas do movimento e alertou para os riscos e desafios atuais. Também defendeu a solidariedade de classe como elemento construtivo da ordem sindical e política. “Escutamos que o sindicalismo está em crise, mas o movimento não perdeu a capacidade de negociação coletiva com ganhos reais, ao contrário, avançou. Contudo, os sindicatos vêm perdendo filiados e isso se deve às mudanças no quadro do mercado de trabalho, que prioriza a rotatividade e dificulta a organização coletiva”, disse Adalberto, ressaltando o paradoxo entre o aumento da capacidade de ação coletiva e a diminuição de filiações.

Coube à Junéia Batista reforçar o debate de gênero. Ela traçou um breve histórico a respeito da participação das mulheres no mercado

de trabalho e nas lutas sindicais. Relacionando como a ausência de algumas políticas públicas, como creches e abrigos para idosos, impedem a ascensão da mulher, ela lembrou como o próprio dia-a-dia da trabalhadora pode ser uma barreira para sua maior inserção na política. Também cobrou a inclusão de pautas relacionadas à questão de gênero – como diferenças salariais, assédios moral e sexual – nas negociações coletivas dos sindicatos.

“De qualquer maneira, há um novo olhar do movimento sindical sobre as mulheres. Mas temos ainda muito que caminhar”, afirmou.

A participação de Pascoal Carneiro apontou uma relação importante com a palestra magna de Luiz Dulci, na abertura do 10º Consenge: a necessidade de uma disputa também no campo das ideias. Para ele, o futuro do movimento sindical passa, necessariamente, pela construção de

um projeto, e não apenas de reivindicações pontuais e desarticuladas. Sua fala evidenciou a necessidade de relacionar as pautas e lutas concretas, como dignidade salarial, com questões estruturais, como cadeia produtiva e o modelo econômico adotado pelo país. “O movimento, de fato, tem perdido a capacidade de ousar na elaboração teórica. Não podemos só ser vistos na pauta reivindicatória”, disse. E completou: “Temos que pensar mais”.

Congresso reúne cerca de 400 participantes

Delegações de onze estados brasileiros participaram da solenidade de abertura do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). É a maior edição da história da Federação. O 10º Consenge é organizado pela Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), que sedia o evento. O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos deu boas-vindas aos cerca de 400 presentes e chamou atenção para a importância do resgate de memória da luta dos engenheiros. “Nenhum país pode ir adiante se não tiver conhecimento de seu passado.

Não se pode planejar o futuro se não conhecemos nossa história”, ressaltou.

Já o presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, afirmou a socialização da política e discorreu pela necessária da reforma política. “É preciso dar voz à diversidade e estabelecer consensos nas bases de uma democracia participativa. A reforma do sistema político vai além das bancadas do parlamento. As verdadeiras transformações virão com a democratização dos meios de comunicação, a taxação das grandes fortunas, o cumprimento da função social da terra e da propriedade e, principalmente, com soberania popular”, disse. Bittencourt encerrou lembrando



Adriana Medeiros

Guimarães Rosa: “O que a vida quer da gente é coragem. E é com coragem que avançaremos nas transformações necessárias para o desenvolvimento do país.



Carta do RIO DE JANEIRO

Nos 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, nós, engenheiras e engenheiros reunidos no 10o Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros, saudamos a luta do povo brasileiro por liberdade e soberania. Homenageamos o engenheiro e político Rubens Paiva, barbaramente assassinado pela ditadura militar. O direito à memória e à verdade é o pilar de uma democracia comprometida com sua história.

Temos avançado muito nos últimos anos e é nosso dever dar continuidade a esse projeto de nação comprometido

com a universalização dos direitos e a democracia brasileira. Obviamente, nessa conjuntura identificamos impulsos e freios, mas o aprofundamento das transformações só avançará com participação social. Nesse sentido, reconhecemos o esforço do governo federal ao anunciar a Política Nacional de Participação Social, que reafirma espaços de construção coletiva. Diante das travas do parlamento, é preciso mais. Apoiamos a reforma política como uma iniciativa estratégica para gerar nova capacidade política de gestão do Estado e de articulação com os agentes sociais. Romper o fisiologismo com o poder econômico é imprescindível para a afirmação programática, e não personalista.

A reforma política deve conduzir outras transformações, como a reforma tributária, para reorganizar a capacidade fiscal do Estado com base em um sistema tributário justo, com incidência progressiva sobre a renda e a riqueza; e a necessária democratização dos meios de comunicação, para oferecer condições de igualdade para a realização do debate público de projetos e o exercício da pluralidade de ideias. Compreendemos que o papel do Estado no desenvolvimento brasileiro exige a socialização da política.

Outro elemento essencial nessa base de princípios é a soberania nacional, que perpassa pela defesa de riquezas

estratégicas, como o pré-sal, a produção de alimentos seguros e o necessário investimento na política industrial brasileira. A magnitude dos problemas, em especial as desigualdades, considerando o tamanho do país e sua importância econômica na geopolítica mundial, exige um Projeto de Desenvolvimento que integre toda a sociedade brasileira. Compreendemos que a base econômica desse Projeto passa por dar prosseguimento à constituição de um padrão de produção e de consumo de massa, voltado a oferecer, em condições de igualdade, o acesso a bens e serviços públicos com qualidade e produzir condições adequadas de vida no campo e nas cidades.

As transformações do mundo do trabalho têm afetado diretamente o movimento sindical e temos a compreensão de que é necessária uma mudança profunda. Isso significa o fortalecimento de políticas para a renovação sindical e a ampliação dos espaços de poder por mulheres. Renovação sindical pressupõe, também, renovação de formas de organização e diálogo, ou seja, tratar a igualdade como princípio, jamais como fim absoluto. As jornadas de junho demonstraram a capacidade e diversidade de mobilização da juventude e o

fortalecimento do movimento sindical está diretamente ligado às formas de aproximação de novos quadros e de afirmação da participação das mulheres. Temos o dever de seguir o caminho de construção de identidades coletivas e afirmar a solidariedade de classe.

O imediatismo e a afirmação do individualismo, provocados muitas vezes pela tecnologia, exigem reflexão. Nessa construção, a engenharia tem papel fundamental, pois acreditamos que as bases do investimento tecnológico devem vir acompanhadas por comprometimento social. Nós temos uma tarefa histórica na disputa desse processo, com o objetivo de garantir o exercício da função social da engenharia. É de suma importância a formação de novas e novos profissionais com a qualidade requerida pela envergadura dos projetos de engenharia que construirão a base material do desenvolvimento nacional. Isso exige a reestruturação dos cursos de engenharia, de forma a privilegiar a produção científica e a pesquisa voltadas à inovação tecnológica, a valorizar o trabalho em rede e promover uma maior interação, preservada a autonomia, entre a universidade e a esfera produtiva.

Todos temos responsabilidades. Nós, engenheiras e engenheiros, compreendemos que o investimento que o país fez e faz em nossa formação, e que cada um de nós fez e continua fazendo, deve objetivar, também, a transformação social, a construção do desenvolvimento da nação. As ciências que constroem o campo de conhecimento das engenharias formam um patrimônio cognitivo essencial para pensar e promover o desenvolvimento. Por isso, reafirmamos nosso compromisso, como cidadãs e cidadãos e como profissionais, com o desenvolvimento do Brasil. Por isso, formulamos e apresentamos este amplo conjunto de propostas, pelas quais lutaremos e que foram objeto de debate e de deliberação neste Congresso.

Estaremos juntos, com os demais trabalhadores, lutando para que o Desenvolvimento do Brasil seja o Projeto da Nação.

*10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros
Rio de Janeiro,
30 de agosto de 2014*



Diretoria da Fisenge amplia em 50% número de mulheres

NOVA DIRETORIA da Fisenge é eleita

A Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) elegeu, na plenária final do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), a nova diretoria para o triênio 2014/17. Na presidência está o engenheiro civil Clovis Francisco Nascimento Filho, do Senge-RJ, que foi secretário-geral da Fisenge na gestão anterior.

"Um dos nossos mais sagrados compromissos é o desenvolvimento do Brasil. Não abrimos mão das questões corporativas, mas temos um compromisso maior: contribuir com propostas para o desenvolvimento do nosso país em busca de uma sociedade igualitária, fraterna e solidária", afirmou Clovis em seu primeiro discurso à frente da Federação.

O ex-presidente da Fisenge, o engenheiro agrônomo Carlos Roberto Bittencourt, agradeceu a confiança pelos dois mandatos à frente da Federação. "Esses anos foram permeados pela construção coletiva e participação dos sindicatos. Um dos nossos maiores saltos foi a ampliação da participação das mulheres na Fisenge. Outro ponto importante foi a filiação de mais um sindicato, o Sin-

dicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN). Completamos 20 anos de história com a certeza de que ainda temos uma tarefa histórica em defesa da engenharia nacional e da sociedade brasileira", finalizou Bittencourt. Um indicativo importante é a ampliação

do número de mulheres na direção da Fisenge em 50%.

Durante o Congresso, também foi homologada a filiação do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN) à Fisenge. De acordo com o presidente do

SEA-RN, Josealdo do Vale, é uma grande honra compor a direção da Federação e avançar na definição de políticas e de organização. "O SEA-RN existe desde 1978 e agora tem a oportunidade de contribuir em ações nacionais com a Fisenge", afirmou Josealdo.

Foram eleitos pela chapa "Seguir em Frente" para o comando da Fisenge pelos próximos três anos os seguintes profissionais de engenharia:

Triênio 2014/2017

DIRETOR PRESIDENTE

CLOVIS FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO

DIRETOR VICE – PRESIDENTE

ROBERTO LUIZ DE CARVALHO FREIRE

DIRETOR SECRETÁRIO GERAL

FERNANDO ELIAS VIEIRA JOGAIB

DIRETOR FINANCEIRO

EDUARDO MEDEIROS PIAZERA

DIRETORA FINANCEIRA ADJUNTA

SILVANA MARÍLIA VENTURA PALMEIRA

DIRETOR DE

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

ULISSES KANIAK

DIRETORA DA MULHER

SIMONE BAÍA PEREIRA

DIRETORES EXECUTIVOS

– MEMBROS EFETIVOS

GIUCELIA ARAÚJO DE FIGUEIREDO

GILSON LUIZ TEIXEIRA NERI

RAUL OTÁVIO DA SILVA PEREIRA

DIRETORES EXECUTIVOS

– MEMBROS SUPLENTE

JOSÉ EZEQUIEL RAMOS

FRANCISCO JOSERALDO MEDEIROS DO VALE

VALTER FANINI

JORGE DOTTI CESA

GUNTHER DE MOURA

ANGELKORTE

ANILDES LOPES EVANGELISTA

ELOISA BASTO

AMORIM DE MORAES

NILTON SAMPAIO

FREIRE DE MELO

CONSELHO FISCAL

– MEMBROS EFETIVOS

GERALDO SENA NETO

ADELAR CASTIGLIONE

CASAROTO

ROLF GUSTAVO MEYER

CONSELHO FISCAL

– MEMBROS SUPLENTE

ALÍRIO FERREIRA

MENDES JUNIOR

ROMULUS AUGUSTUS

BATISTA DE LIMA

MARIA VIRGINIA

MARTINS BRANDÃO

"Temos uma tarefa histórica em defesa da engenharia nacional e da sociedade brasileira", afirma o ex-presidente da Fisenge,

CARLOS ROBERTO BITTENCOURT

Eleito, em 2008, durante o 8º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), Carlos Roberto Bittencourt encerra seu segundo mandato como presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Bittencourt é engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf) e presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR). Nessa entrevista, Bittencourt fala sobre o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), realizado entre os dias 27 e 30/8, em Búzios, no Rio de Janeiro.

O ex-presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt faz um balanço do mandato



Chegamos ao final da maior edição do Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros. Qual a sua avaliação ao encerrar este mandato?

Encerramos uma edição histórica de nossos congressos. Isso porque não apenas batemos recorde de participação, como também demos um enorme salto político. "Um projeto de nação para o Brasil" sempre foi nosso debate de fundo e priorizá-lo como tema central, certamente, re-

presenta nosso esforço de apresentar à engenharia e à sociedade uma plataforma de propostas em prol do desenvolvimento nacional. Alinhamos esse tema central a duas vertentes que conduzem a nossa direção: os interesses corporativos e os interesses nacionais. Desta forma, o Congresso foi subdividido em dois temas: "O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional" e "O papel do movimento sindical frente às modificações do mundo do trabalho".

A Carta do Rio de Janeiro traz uma série de princípios, entre eles a defesa da soberania nacional. Por que essa defesa intransigente?

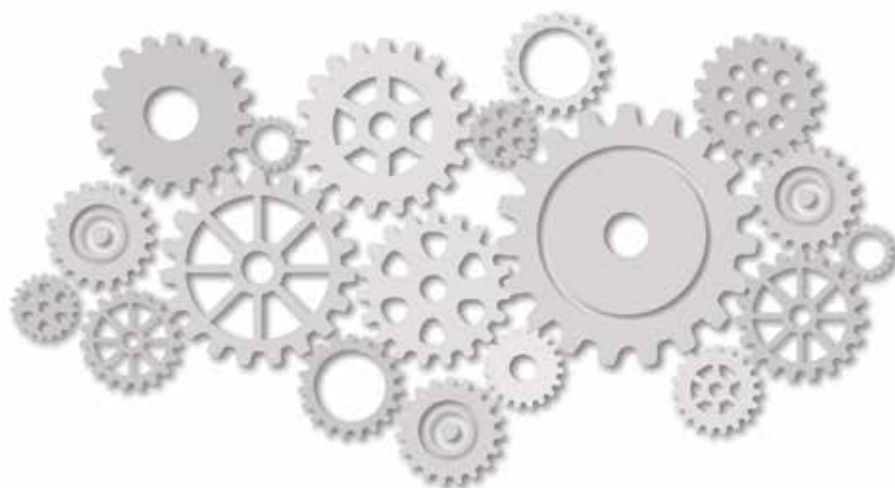
Historicamente, as riquezas estratégicas de um país são disputadas pela hegemonia internacional. É claro que essa disputa traz uma série de ataques. Após a Guerra Fria, a polarização entre Estados Unidos e União Soviética ficou extremamente esvaziada, o que afirmou a posição imperialista dos EUA. O elemento que conduziu e ainda conduz a geopolítica internacional são as riquezas nacionais. Tanto que assistimos a inúmeras guerras e crises internacionais, especialmente quando falamos em petróleo. Após a descoberta do pré-sal, o Brasil tem alavancado

saltos de crescimento social e econômico e firmado posicionamento de soberania internacional. É claro que este deslocamento não é isolado e um exemplo é a formação dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Mesmo com realidades de mercado interno completamente diferentes, a unidade destes países sinaliza a tentativa de desmontar a hegemonia ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, o que acontece em nosso país? Uma égide de desmoralização da Petrobras, capitaneada pelos meios de comunicação e setores conservadores da sociedade. O ataque à Petrobras faz parte de uma estratégia que abre uma avenida de oportunidades para a privatização. Com este entendimento, nós, engenheiros e engenheiras reunidos no Consenge, defendemos a apropriação social do pré-sal brasileiro como forma de afirmação da soberania nacional.

Mais uma diretoria eleita e dois mandatos encerrados. Qual o balanço?

Em primeiro lugar, agradeço a confiança de todos e todas que me elegeram presidente da Fisenge por dois mandatos, permeados pela construção coletiva e participação dos sindicatos. Demos um salto na área administrativa com projetos de

gestão sindical e avançamos na comunicação. Politicamente, um dos nossos maiores ganhos foi a ampliação da participação das mulheres na Fisenge, por meio da Diretoria da Mulher e do Coletivo de Mulheres da Federação. As ações da Diretoria e do Coletivo ganharam capilaridade e reconhecimento nacional. Temos muito orgulho quando essa agenda é reconhecida por outras entidades de classe e movimentos sociais. Outro ponto importante foi a filiação de mais um sindicato à Fisenge, o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte, homologado em nosso Congresso. A Fisenge esteve nos principais debates nacionais como: energia, habitação, transporte, mobilidade urbana, políticas agrária e agrícola, além de participação efetiva nas negociações coletivas nacionais e na articulação internacional com demais entidades. Completamos 20 anos de história com a certeza de que ainda temos uma tarefa histórica em defesa da engenharia nacional e da sociedade brasileira. Essas duas décadas de lutas alimentam nossas esperanças para o futuro.



Presidentes de sindicatos de engenheiros dizem **O QUE ESPERAM DO NOVO GOVERNO**

JOÃO PEDRO AMORIM
(Senge-PR)

Investimento no planejamento de longo prazo, valorização profissional, respeito ao piso salarial e garantia da qualidade do ensino superior técnico são as principais demandas que profissionais de engenharia e agronomia de 11 esta-

dos brasileiros esperam que sejam cumpridas pelo futuro governo do Brasil.

Profissionais de engenharia e agronomia defendem que o futuro governo invista no planejamento de longo prazo, valorize os quadros técnicos e respeite o salário mínimo profissional, sem perder de vista o cuidado com a

qualidade do ensino técnico superior nas esferas públicas e privadas.

Estas são algumas das prioridades apontadas por presidentes de sindicatos de engenheiros de todo o Brasil no 10º Consenge, realizado em Búzios, Rio de Janeiro. O evento reuniu entre os dias 27 e 30 de agosto cerca de 400 profissionais



ROSIVALDO RIBEIRO,
presidente licenciado do
Senge-SE



**OLÍMPIO ALVES DOS
SANTOS,** presidente do
Senge-RJ



VLADEMIR GAZONI,
presidente do Seagro-SC



RAUL OTÁVIO PEREIRA,
presidente do Senge-MG



em debates sobre o futuro do País. Questões diretamente ligadas à defesa do interesse público, e a setores estratégicos de desenvolvimento que têm a participação direta dos profissionais representados pelas entidades sindicais, integram a Carta do Rio de Janeiro, que foi encaminhada a cada um dos candidatos à Presidência da República.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR) e ex-presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Carlos Roberto Bittencourt, defende que o governo eleito esteja atento à recomposição dos quadros de engenharia nas escalas federal, estadual e municipal. “A valorização profissional é necessária. Hoje, há falta de engenheiros principalmente nos governos municipais. Sem engenheiros não há projetos. Sem projetos os municípios têm dificuldades para angariar recursos. É possível promover convênios com os estados e o governo federal para compor mais engenheiros nas prefeituras”.

Bittencourt entende que outra ação necessária de atenção do governo federal é a melhoria do ensino de engenharia. “Houve um processo de mercantilização da educação e muitas faculdades criaram cursos de engenharia sem ter condições de oferecer uma boa formação. Cabe ao Ministério da Educação exigir a qualidade do ensino técnico superior”. Por último, o presidente do Senge-PR destaca a mobilidade urbana como prioridade de investimento dos três poderes. “Os trabalhadores levam muito tempo em deslocamentos de casa para o trabalho. Muitas vezes, o transporte é de má qualidade. Esta é uma questão ligada diretamente às prefeituras, mas que necessita de ampla atenção das três esferas de governo”.

AGRICULTURA E ACESSO À TERRA

Para o presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Seagro-SC), Vladimir Gazoni, é preciso que o novo governo implante uma política agrí-

cola que atenda à agricultura familiar e que dê sustentação à manutenção da engenharia como a base do planejamento com a definição de diretrizes de governo na área da agricultura. “São necessários investimentos direcionados à agricultura familiar, principalmente nos estados do Sul e do Nordeste, com ações que comecem desde o acesso à terra, com a promoção da reforma agrária ou através de crédito fundiário. Isso passa pelo financiamento que garanta a sustentabilidade e a rentabilidade dos agricultores para que tenham resultado social e financeiro”.

Gazoni ressalta ainda que essas medidas devem ser acompanhadas por ações de valorização profissional dos quadros que dão apoio à assistência técnica e extensão rural e na parte de fiscalização federal, estadual e municipal dos produtos de origem vegetal e animal. Essa valorização profissional, segundo ele, passa, obrigatoriamente, pelo atendimento do Salário Mínimo Profissional previsto na lei federal 4950A/66.



RUBENS TADEU, presidente eleito do Senge-PB



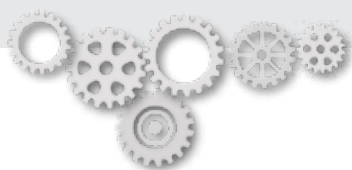
JOSÉ EZEQUIEL RAMOS, ex-presidente do Senge-RO e atual secretário-geral



FERNANDO FREITAS, presidente do Senge-PE



UBIRATAN FÉLIX, presidente do Senge-BA



CARREIRA DE ESTADO

Na opinião do presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Minas Gerais (Senge-MG), engenheiro eletricitista Raul Otávio Pereira, a grande mensagem a ser enviada ao novo governo é a do reconhecimento da profissão de engenharia como carreira de Estado. “É importante que haja o reconhecimento da importância do papel do engenheiro nas ações integradoras de desenvolvimento do País. Os profissionais de engenharia devem ser valorizados como agentes condutores da maioria das políticas de desenvolvimento que os governantes pretendem implementar”, observa.

Pereira considera que a aprovação da engenharia como carreira de Estado é necessária para consolidar esse processo. “Entendemos que isso é fundamental, bem como a inserção de mais engenheiros nos quadros das prefeituras municipais é importante para que tenhamos

um corpo técnico qualificado para acompanhar as políticas emanadas pelo governo federal que desembocam nas administrações dos municípios. Por fim, é preciso que haja o reforço, a confirmação e o reconhecimento definitivo da ampla validade da Lei que trata do Salário Mínimo Profissional. É uma lei que vez ou outra é discutida. É um assunto que se arrasta e entendemos que é importante que haja um posicionamento definitivo e firme a respeito disso”.

O Projeto de Lei nº 13/2013, que reconhece a Engenharia, a Agronomia e a Arquitetura como carreiras essenciais e exclusivas de Estado é de autoria do deputado José Chaves (PTB-PE). Já passou pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, tendo sido aprovado em agosto de 2013, e no momento aguarda votação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o que deverá ocorrer depois das eleições de outubro. Uma vez retornada à pauta e aprovada pela CCJ, se não houver recurso para votação pelo Plenário

do Senado, nem mudança posterior no texto aprovado pela Câmara, a matéria será enviada direto à sanção presidencial.

As carreiras essenciais e exclusivas de Estado estão previstas pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, conhecida como reforma administrativa, e incluem diplomatas e servidores de carreiras jurídicas, de auditoria e de gestão governamental, entre outras. Para incluir os engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos, a proposta altera a Lei nº 5.194/66, que regula essas profissões.

QUALIDADE NO ENSINO DE ENGENHARIA

Na opinião do presidente do Senge Bahia, engenheiro civil Ubiratan Félix Pereira dos Santos, é necessário que o governo federal pare de financiar o ensino privado com recursos públicos sem que haja controle de demanda por cursos. “Temos que ir pra cima do governo em defesa



ORLANDO ZARDO,
presidente do Senge-ES



JOSERALDO DO VALE,
presidente do SEA-RN



JOÃO THOMAZ, presidente
do Senge-VR



CARLOS ROBERTO
BITTENCOURT, presidente
do Senge-PR

da qualidade do ensino superior. A 18ª maior riqueza do Brasil está nas mãos de uma empresa privada de ensino, que é bancada com recursos públicos do Fies e ProUni. Não dá para financiar a iniciativa privada que enriquece às custas de recursos públicos”, afirma Ubiratan Santos, que também é professor da área de engenharia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Ele cita como exemplo o excesso de oferta e a falta de demanda em determinados cursos. “Metade dos cursos de Direito do mundo estão no Brasil. Isso é uma deformação, porque não existe demanda, nem mercado que justifique esse número. Essas empresas privadas estão pegando recursos públicos e abrindo cursos que elas acham mais fácil vender, sem ligação com a demanda do nosso País. Muitas vezes são criados cursos com baixo investimento para a oferta de formação de péssima qualidade. 90% dos cursos ofertados por universidades pagas estão nas áreas de

administração, direito e saúde. Os outros 10% representam o resto. O que está sendo oferecido não é necessariamente o que o nosso país precisa na formação profissional do ponto de vista estratégico. A legislação vigente é muito ruim e privilegia a livre iniciativa na educação de quem tem interesse em ganhar dinheiro. A viabilidade do negócio do ensino privado no Brasil só é possível porque o governo coloca recursos públicos à disposição dessas instituições em detrimento da expansão do ensino de qualidade para todos”, critica.

O POVO COMO FOCO DE ATENÇÃO DO GOVERNO

O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, defende a construção de políticas públicas que resultem no benefício direto para a população. “É preciso ter uma visão de futuro, sem esquecer o passado. É fundamental construir políticas públicas orientadas à verdadeira democracia, que tenham o povo no centro

da questão e não com arranjos para poderosos”.

Olímpio Alves dos Santos entende que os investimentos do novo governo devem garantir a infraestrutura necessária para que o país se integre de forma adequada, além de induzir o processo de construção social com foco na saúde e educação. “É importante investir na formação técnica que dê suporte às cidades, de forma que tenhamos melhores espaços de convivência e não aglomerados desordenados. Este é um debate que tem que ser disseminado para toda a sociedade para que ela tenha a capacidade de construir e participar deste processo”.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

Na opinião do engenheiro civil Rosivaldo Ribeiro Santos, presidente do Senge Sergipe, o novo governo deve ter entre as pautas prioritárias o investimento na infraestrutura multimodal de transportes, com a reativação de ferrovias e a navegação de

cabotagem, bem como o financiamento de projetos de mobilidade nas grandes cidades. “As ferrovias devem ser prioritárias para baixar o custo no transporte de mercadorias. Do ponto de vista das cidades, a implantação de sistemas de metrô é muito importante, mas não apenas quando o caos já está instalado. Infelizmente vemos hoje muitos prefeitos implantando soluções paliativas, sem projetos de futuro”.

CONHECIMENTO

O engenheiro metalúrgico João Thomaz Costa, presidente do Senge Volta Redonda, considera que o futuro governo deve investir no fortalecimento do quadro de técnico para ampliar a geração de riquezas dentro do próprio país. “O Brasil hoje ainda é exportador de produtos primários. Muitos especialistas brasileiros de diversas áreas, que poderiam estar auxiliando no crescimento do país, acabam saindo daqui por falta de apoio. É importante que o governo fortaleça seus quadros técnicos, invista no conhecimento para que o país cresça. Outros países levam nossos profissionais”.

VALORIZAÇÃO DOS QUADROS PÚBLICOS

Então presidente do Senge Rondônia, engenheiro eletricista José Ezequiel Ramos, entende que o novo governo tem que garantir a

valorização das empresas públicas e dos quadros técnicos, principalmente nos setores estratégicos para o desenvolvimento. “Entendemos que o Estado deve ter o controle sobre setores estratégicos, de forma que não fiquem vulneráveis a apropriações políticas ou de interesses privados. A empresa pública deve ser forte, de qualidade, e ter quadro próprio de carreira valorizado para devolver à sociedade o serviço que ela espera, com a aplicação do recurso público da melhor forma possível”.

Ainda no contexto do investimento nos quadros técnicos, o presidente do Senge Pernambuco, Fernando Freitas, considera que as sugestões apresentadas pelos engenheiros ao futuro governo podem servir de orientação no processo de desenvolvimento. “Ao investir na melhoria dos quadros técnicos do Brasil, o governo terá como resultado a qualidade de serviços principalmente de cunho social”.

Para o presidente do Senge Espírito Santo, engenheiro eletricista Orlando Zardo Júnior, a formação profissional de qualidade é o primeiro passo para a construção de projetos eficientes e de longo prazo. “Temos que formar profissionais preparados para atender às novas demandas do País. Essa formação tem que estar integrada a empresas públicas e privadas para garantir a geração de conhecimento e a inovação tecnológica. A formação, quando é localizada e respeita as diversidades, cria novas

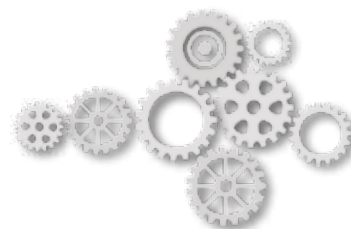
demandas de ciência e tecnologia. Temos que formar com conteúdos dirigidos aos potenciais locais”.

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Francisco Joseraldo Medeiros do Vale, engenheiro agrônomo e presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos do Rio Grande do Norte (SEA-RN), defende que o futuro governo aproveite projetos de êxito e aprenda com os erros de gestões anteriores. “Não podemos desperdiçar tempo e dinheiro para reinventar a roda. Temos que aproveitar o tempo e as inteligências com vistas ao progresso e ao bem da coletividade. É preciso que os ministérios planejem juntos e não separadamente, como caixinhas de cada partido, uns destruindo os outros”.

RESPEITO

O presidente do Senge Paraíba, Rubens Tadeu, diz que a engenharia tem que ter o seu papel respeitado nas três esferas de governo. “Nos programas de governo hoje ouvimos falar de mobilidade, de alimentação, de infraestrutura, entre outros temas que envolvem diretamente a engenharia. A engenharia tem que ter o seu papel respeitado pelos governos”, afirma.



Ex-presidentes do Confea destacam PAPEL DA ENGENHARIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Christina Bocayuva



Henrique Ludovice fala sobre a importância da valorização profissional dos engenheiros

CAMILA MARINS (Fisenge)

KATARINE FLOR (Senge-RJ)

Após o primeiro debate sobre "O papel do Estado brasileiro no desenvolvimento nacional", no dia 28/8, os ex-presidentes do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Marcos Túlio e Henrique Ludovice, destacaram o

papel da engenharia na construção de um projeto de nação. "Um projeto de nação não é um projeto de governo. É um projeto de sociedade", iniciou Marcos Túlio, que foi presidente do Confea por dois mandatos (2006 a 2011). A engenharia brasileira passou pelas décadas perdidas dos anos 1990 com o enxugamento dos quadros técnicos, demissões em

massa, privatizações e o fim do planejamento nas empresas públicas e estatais. "Os engenheiros perderam seus empregos e sua capacidade produtiva. De 2002 para cá voltamos a falar de desenvolvimento no Brasil. Hoje, o setor naval, por exemplo, conta com mais de 80 mil profissionais", apontou Ludovice, que foi presidente do Conselho por dois mandatos (1994 a 1999).

Já Marcos Túlio pontuou que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. "Um projeto de nação tem que contar com a nossa contribuição e o Confea precisa estar envolvido. Tínhamos o 'Projeto Pensar o Brasil, Construir o Futuro da Nação', apoiado pela Fisenge", lembrou Túlio. Hoje, o Projeto Pensar o Brasil, que dialogou com a sociedade e publicou inúmeras cartilhas e documentos, não existe mais no Confea. "A valorização do espaço tecnológico é estratégica na construção do projeto de nação, que perpassa pela vontade clara e pelo comprometimento com o desenvolvimento social", finalizou Ludovice.

memória e verdade

Engenheiro
Rubens Paiva,
presente!

Adriana Medeiros



Exposição conta
a história política
e profissional de
Rubens Paiva

Engenheiro RUBENS PAIVA, PRESENTE!

Fisenge homenageia político
brasileiro assassinado pela
ditadura militar

Hoje, consente quem cala. Basta às prisões. Basta de violências. (...) Hoje, não mais suportamos as correntes. Exigimos das autoridades o respeito às liberdades de manifestação, expressão e organização de todos os setores oprimidos da população. Queremos falar contra os que nos oprimem. E entendemos que a melhor maneira de falarmos e de lutarmos contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através de sindicatos e entidades livres de nossas organizações independentes. (...) Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação de nossos companheiros presos não pelas alegadas razões de subversão, mas porque lutam pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos", diz trecho do documento "publicado na matéria "Sete mil estudantes fazem manifestação no centro da cidade", no jornal Folha de S.Paulo, em 6 de maio de 1977.

"Não consentiremos o silêncio hoje, e muito menos amanhã". Assim iniciou a diretora licenciada da Fisenge, Giucélia Figueiredo, a homenagem ao engenheiro e político brasileiro Rubens Paiva, barbaramente assassinado pela ditadura militar brasileira. Giucélia começou e finalizou seu discurso parafraseando a carta aberta dos estudantes, distribuída em ma-

nifestação, em maio de 1977, nas ruas do centro de São Paulo. Bombas do coronel Erasmo Dias atingiram milhares de estudantes, entre eles a filha de Rubens, Vera Paiva.

50 anos após o golpe civil-militar, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e o Sindicato dos Engenheiros no Estado

do Rio de Janeiro (Senge-RJ) saudaram a luta dos lutadores e das lutadoras pela liberdade do povo brasileiro, em nome de Rubens Paiva. Giucélia lembrou, em seu discurso, a trajetória política de Rubens Paiva, que foi eleito deputado federal em 1962. "Mesmo depois de formado e já com sua empresa de engenharia, a inquietação política jamais deixou de ferver na alma de Rubens. Na Câmara, ele conduziu os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as tentativas de golpe do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o Ibad", alertou.

O Ibad teve forte presença financeira na campanha eleitoral de 1962, ganhando capilaridade no Poder Legislativo por meio da Ação Democrática Parlamentar (ADP). Esta frente fazia oposição às mudanças estruturais propostas pelo então presidente da República, João Goulart. A ADP era contra as reformas agrária, urbana e eleitoral, bem como contra a limitação de remessa de lucros para o exterior. Isso porque, nas eleições de 1962, foi acusada de financiar candidatos conservadores, com recursos estimados em cinco milhões de dólares, que eram depositados no Royal Bank do Canadá.

Em seu livro *Brazil's Second Chance: En Route toward the First World* ("A Segunda Chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo"), o ex-embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, afirma: "estávamos preocupados com o movimento no Congresso, liderado pelo 'grupo compacto' do PTB, no sentido



Diretora licenciada Giucélia Figueiredo emociona plenário

Christina Bocayuva



Vera Paiva destaca a importância do resgate da memória e da verdade

Christina Bocayuva



Olimpio e Bittencourt entregam placa de homenagem à Vera Paiva

"Engenheiro Rubens Paiva, Presente!" é o nome da exposição, de curadoria do jornalista Vladimir Sachetta. Ao todo, foram 18 painéis que remontaram a história do engenheiro e político brasileiro, Rubens Paiva, homenageado no 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros.

de acrescentar cláusulas ao projeto de lei sobre a remessa de lucros proibindo as companhias estrangeiras de acrescentar à sua base de capital os lucros retidos". Rubens Paiva era um dos parlamentares que compunham o "grupo compacto", ao lado de Almino Affonso. "Quando assistimos ao filme 'O dia que durou 21 anos' temos a exata compreensão das conspirações norte-americanas em favor do golpe no Brasil. O golpe significou um atentado a um governo que tinha 70% de aprovação", explicou Vera Paiva.

Rubens foi o único parlamentar de sua bancada assassinado pela ditadura militar. "Construir esta memória coletiva significa criar e permanecer cultivando a memória e a verdade. O caso de Rubens Paiva é apenas um deles, e temos que recuperar a memória das pessoas que viveram a ditadura sem saber realmente o que estavam vivendo. Foram frutos de um sistema e precisamos entender como o sistema funcionava para não permitir que ele volte a acontecer", apontou Vera.

"A verdade não é uma concertação de silêncios. A verdade é uma corajosa luta pela memória e pela construção de uma outra história com justiça social, igualdade e respeito aos direitos humanos. Por isso, em memória da juventude lutadora dos anos de chumbo e do nosso presente, encerramos repetindo a paráfrase inicial: hoje e muito menos amanhã, não consentiremos o silêncio jamais", conclamou Giucélia Figueiredo.

Livro que resgata os 20 ANOS DE LUTAS da Fisenge é lançado

CAMILA MARINS
(Fisenge)

Fisenge: duas décadas de lutas e esperanças" é o título do livro de memórias da Federação, lançado na abertura do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Produzida pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), a publicação conta com 250 páginas de história do Brasil, da engenharia nacional e da organização dos engenheiros e das engenheiras. "O surgimento da Fisenge se deu em 1993. Nossa história é permeada pelos princípios do novo sindicalismo e pela luta em defesa da engenharia nacional e da sociedade", lembrou o ex-presidente da Fisenge, Carlos Roberto Bittencourt, que ainda destacou que, ao longo de 2013, a Fisenge promoveu um resgate histórico sobre fatos que marcaram a sua história de 1993 a 2013. "Realizamos, em setembro do ano passado, um grande ato comemorativo, com a presença de entidades nacionais, lideranças políticas, partidos, centrais sindicais, movimentos sociais, parlamentares e entidades de classe", afirmou.



Vito Giannotti
alerta para a
importância da
comunicação
alternativa

O coordenador do NPC, Vito Giannotti, esteve na abertura do Congresso e reforçou a importância do resgate e da preservação da memória sindical. "Cuidar da nossa memória significa instrumentalizar os trabalhadores para as suas lutas de amanhã", enfatizou Giannotti. Ao todo, foram seis meses de trabalho do NPC com a colaboração dos funcionários e da equipe de comunicação da Federação. Centenas de fotos e documentos foram revisitados e resgatados em um mergulho histórico que passou pela fundação da Fisenge e pela conjuntura nacional dessas duas décadas. A jornalista e coordenadora do NPC, Claudia San-

tiago, acredita que os sindicatos têm a tarefa também de contar as suas histórias. "É nas páginas da imprensa sindical que está a memória das lutas dos trabalhadores. A imprensa sindical é referência para os historiadores que estudam o tema. Se não a preservamos, nossa história escapa de nossas mãos", pontuou Claudia.

"Um ano foi pouco para resgatar-mos a história de luta da Fisenge e o nosso intuito com essa publicação é preservar a nossa memória. Que este livro contribua para fortalecer a nossa luta e alimente nossas esperanças para o futuro", conclamou Bittencourt.



^ Uma questão de
GÊNERO



uma questão de gênero



"Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem"

Rosa Luxemburgo

Durante o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), a fotógrafa Adriana Medeiros produziu um ensaio fotográfico sobre a participação das mulheres engenheiras. Com olhar atento e sensibilidade, Adriana captou as mulheres em movimento. Confira algumas das fotos.



FOTOS: ADRIANA MEDEIROS



uma questão de gênero



MULHERES

ampliam participação em

CONGRESSO NACIONAL

CAROLINE DIAMANTE

(Senge-MG)

As mulheres representaram cerca de 35% do total de participantes do 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Con-senge), realizado em Búzios/ RJ, entre os dias 27 e 30 de agosto. O número representa um avanço na política de igualdade de gênero. Para a diretora do Senge-PR, Sandra Cristina Lins dos Santos, apesar do progresso, ainda há muito que avançar. “Temos a diretoria da mulher, mas precisamos de outras diretoras compondo a diretoria da Fisenge e estimulando que isso ocorra nos sindicatos”, observa.

A participação da mulher nas esferas de poder foi debatida ao longo do Congresso. Durante a palestra “O papel do Movimento Sindical Frente às Mo-

dificações do Mundo do Trabalho”, a secretária nacional de saúde do trabalhador da CUT, Junéia Batista, lembrou como o próprio dia-a-dia da mulher trabalhadora pode ser uma barreira para sua maior inserção na política. Este cenário se confirma, por exemplo, com a falta de políticas públicas, como creches e abrigos para idosos, já que as responsabilidades de tomar conta de crianças e idosos recaem sobre as mulheres. Junéia também cobrou a inclusão de pautas relacionadas à questão de gênero – como diferenças salariais, assédios moral e sexual – nas negociações coletivas dos sindicatos e demais entidades de classe.

Segundo a representante da CUT, é necessário que se tenha um espaço de discussão só das mulheres para que as estratégias relacionadas aos interesses delas possam ser traçadas. Júnéia Batista lembrou, ainda, que os cargos de decisão são ocu-

pados, em sua maioria, por homens, e que é necessário debater qual o espaço das mulheres. “A gente quer discutir qual o nosso espaço enquanto mulher e como colocar esta questão para a sociedade para que ela não fique só dentro da classe trabalhadora e do movimento sindical organizado”.

JOVENS ESTUDANTES

A diretora da Mulher da Fisenge, Simone Baía, apresentou aos jovens o Coletivo de Mulheres da Fisenge e levantou o debate sobre pontos ligados ao exercício da engenharia sob um olhar de gênero. Ela deu exemplos de como as engenheiras são excluídas em alguns aspectos. “Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIS), em geral, não são pensados para mulheres. São pensados por homens para homens”, lembrou.



Christina Bocayuva

Coletivo de Mulheres da Fisenge homenageia a engenheira Maria Elisabeth

PRIMEIRA ENGENHEIRA

da Paraíba é homenageada

DEJANINE ARAÚJO
(Senge-PE)

“Nossa homenageada tem uma vida que nos leva a refletir sobre a história da mulher. É uma história de busca pela autonomia, de luta pela inclusão, por respeito e dignidade, que contribui para construir a igualdade de gênero e inspira gerações. É a história de uma mulher que, desde cedo, participou das lutas sociais e profissionais”. Assim, o vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco (Senge-PE) e da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), Roberto Freire, iniciou o texto em homenagem à Elisabeth Marinho.

Beta, como é carinhosamente chamada, foi a primeira mulher formada em engenharia no estado da Paraíba, e percorreu uma trajetória bastante conflituosa para conseguir alcançar respeito e autonomia em sua profissão. Desde o início sofreu diversos tipos de preconceito e assédio. Sempre que conseguia uma promoção no trabalho, escutava a frase machista: “deve ter sentado no colo do chefe para conseguir”. No entanto, mesmo algumas vezes sentin-

do-se tentada a desistir, continuou firme na luta.

Na Paraíba, seu pai conseguiu um emprego para ela, mas, como toda mulher forte e determinada, não aceitou para que, “com o seu próprio esforço”, conseguisse. Isso aconteceu em Recife, na antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na qual a engenheira deu a sua contribuição. Nesse período, especializou-se em recursos d’água.

Virou militante política e ajudou os perseguidos da ditadura militar, abrigando-os em sua casa. Daí a juntar-se a outros companheiros para tomar a direção do Sindicato dos Engenheiros para a luta dos trabalhadores não demorou muito. O Sindicato, enfim, estaria a serviço dos engenheiros e dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Elisabeth Marinho continua até os dias de hoje ajudando a fortalecer o Senge. “O Sindicato tem orgulho de ter em seu quadro de diretoria uma mulher forte, guerreira e batalhadora, que lutou bravamente até conseguir conquistar seu espaço, demonstrando competência e garra”, declarou Fernando Freitas, presidente do Senge-PE.



Ainda na década de 80, Elisabeth e outras companheiras começaram a pensar o Coletivo de Mulheres da Fisenge, com o objetivo de incentivar e difundir o empoderamento feminino em todas as instâncias, principalmente em ambientes de trabalho. “A mulher precisa ser confiante e estar bem resolvida, com a autoestima alta para que acredite que pode crescer e alcançar os espaços de poder”, disse Beta.

“Esta homenagem afirma o exemplo de luta de uma mulher que acredita e batalha pela democracia, liberdade do povo brasileiro e autonomia das mulheres”, afirmou a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía. Maria Elisabeth, bastante emocionada, agradeceu a homenagem e reforçou a importância da luta das mulheres por igualdade de oportunidades.

I FÓRUM DE ESTUDANTES aponta RENOVAÇÃO SINDICAL COMO DESAFIO

Christina Bocayuva



Thaynnara Queiroz
apresenta as propostas do
I Fórum de Estudantes

CAMILA MARINS (Fisenge) e
KATARINE FLOR (Senge-RJ)

"Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética, já dizia Che Guevara. Nós não caímos nesta contradição", disse o estudante de engenharia da computação, Clécio Santos, da Bahia, no dia 30/8, durante o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Ao lado da estudante de engenharia elétrica, Thaynnara Queiroz, de Pernambuco, Clécio destacou que é necessário estreitar os laços com a juventude, sobretudo aquela organizada no movimento estudantil de engenharia. "Defendemos a expansão do ensino superior público, gratuito, de qualidade e laico. Incentivamos

a participação de todas e todos, independentemente de gênero, cor, raça, religião e orientação sexual nos Senge Estudante e Senge Jovem", afirmou Clécio.

Estudantes dos sindicatos filiados à Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) estiveram reunidos no I Fórum de Estudantes. Ao final, o grupo aprovou propostas com o objetivo de contribuir para uma política de renovação sindical nas entidades. "Dividimos nossas propostas em três eixos: linha política, organização e formação profissional. Compreendemos como elementos centrais a formação política; a organicidade dos estudantes dentro da direção dos sindicatos e a participação de mulheres", apontou Thaynnara. Neste Fórum, a Fisenge orientou seus sindicatos pela paridade de gênero.

Na programação, os estudantes contaram com palestras sobre "A história da engenharia", com o diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira; "As entidades da engenharia, os engenheiros no Brasil e seus novos desafios: poder, identidade e representatividade", com o vice-presidente do Senge-PE e da Fisenge, Roberto Freire; "Organização das mulheres engenheiras nas entidades de classe", com a diretora da mulher, Simone Baía; "Código de Ética Profissional", com a superintendente de Estratégia e Gestão do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Ineivea Farias; além de apresenta-

O estudante, Clécio Santos destaca a importância da organização do movimento estudantil



Christina Bocayuva

ções dos Senges Jovem/Estudante dos estados da Bahia, de Minas Gerais e do Paraná.

Agamenon Oliveira iniciou sua palestra com recortes da história da engenharia no mundo. "A engenharia surge a partir de um viés militar, principalmente com a necessidade de a França guerrear na Europa. No Brasil, a origem da engenharia está na necessidade de construir fortificações militares", pontuou o diretor do Senge-RJ. "Há algumas décadas, a engenharia era discutida como negócio, e não como profissão. Hoje, para onde vamos? O desafio da Fisenge é caminhar para a renovação. Não podemos ser prestadores de serviços. Devemos fazer política", disse Roberto Freire. A diretora Simone Baía destacou a importância da transversalização de gênero na

pauta sindical. "Para além das questões corporativas em negociações de acordos e convenções coletivas, precisamos refletir sobre a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres", afirmou.

Dentre as propostas aprovadas pelos estudantes estão a necessidade de formação política; a organicidade dos estudantes na direção dos sindicatos e a realização de encontros nacionais dos Senges Jovem/Estudantes. "A renovação sindical é fundamental. Por isso, são importantes os coletivos de mulheres e de jovens, porque criam novas identidades. Mas isso não basta. É fundamental que jovens e mulheres tenham espaço nas instâncias decisórias do sindicato", ratificou a estudante de engenharia civil, Thainá Andreoli.



REDE DE COMUNICAÇÃO da Fisenge é consolidada em Congresso

A comunicação não é feita por uma única pessoa, mas sim pela interação entre os diversos indivíduos. Se, hoje, as redes sociais promovem o imediatismo e até o avanço da superficialidade dos fatos, veículos alternativos dos

movimentos social e sindical têm sido fundamentais na disputa pela forma de comunicação. Isso porque a internet ainda é um canal aberto à publicação de informações diversas e plurais. Estamos próximos ao derradeiro suspiro da prensa móvel

de Gutenberg? Apenas a história nos dirá. É preciso compreender a comunicação como estratégica na disputa de hegemonia da sociedade. Com esta compreensão, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) já promoveu

cinco encontros de jornalistas dos sindicatos, com o objetivo de transversalizar a necessária democratização dos meios de comunicação e efetivar uma rede ampla de troca de informações entre os sindicatos.

A construção coletiva desta rede foi consolidada durante o 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge). Uma equipe de sete jornalistas das entidades, ao lado de repórteres fotográficos e cinematograficos, concretizou o exercício da cobertura compartilhada. Fizeram parte desse grupo os jornalistas Camila Marins (Fisenge); Carolina Guimarães (Senge-BA); Caroline Diamante (Senge-MG); Dejanine Araújo (Senge-PE); Flávio Borgneth (Senge-ES); João Pedro Amorim (Senge-PR); Katarine Flor (Senge-RJ); as fotógrafas Adriana Medeiros e Christina Bocayuva; e o coletivo de vídeo Tatuza-roio de Comunicação e Cultura.

Ao longo do congresso, foram alimentados simultaneamente o hotsite do evento, as redes sociais

Fisenge nas Redes Sociais

Assista aos vídeos no Canal da Fisenge no YouTube:
[youtube.com/canalfisenge](https://www.youtube.com/canalfisenge)

Curta a Fisenge no Facebook:
<https://www.facebook.com/federacaofisenge>

Twitter: **twitter.com/fisenge**

Congresso ganha repercussão nacional

O 10º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros (Consenge), que aconteceu entre os dias 27 e 30/8, em Búzios (RJ), ganhou repercussão nacional. Entre os veículos estão: Agência Brasil (EBC); Jovem Pan (Uol); TV dos Trabalhadores (TVT) além de CUT, Brasil de Fato, Portal O Vermelho; Creas de todo o Brasil, Mútua e Confea.

(Facebook e Twitter) e o canal da Fisenge no YouTube; além de assessoria de imprensa e transmissão de vídeos para a TV dos Trabalhadores (TVT). Após o V Encontro de

Jornalistas da Fisenge e dos sindicatos, este foi um dos primeiros passos para a consolidação de uma política de comunicação integrada entre as entidades.





Diretoria da Fisenge participa e inauguração de busto de Rubens Paiva

Claudionor Santana

Senge-RJ e Fisenge inauguram busto de **RUBENS PAIVA** em frente ao DOI-CODI

Por **MARCELLE PACHECO**
(Senge-RJ)

O Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e a Federação Intersindical de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) inauguraram, na sexta-feira, 12 de setembro, o bus-

to em homenagem ao engenheiro e deputado Rubens Paiva, morto pela Ditadura Militar. O busto foi posicionado à frente e de costas para o prédio onde funcionava o DOI-CODI no Rio de Janeiro, na Praça Lamartine Babo, na Tijuca. Hoje, funciona no local o 1º Batalhão da Polícia do Exército.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, explicou a razão de se homenagear Rubens Paiva no local. "Não é uma provocação. É apenas o resgate da memória, para que ela fique sempre presente naqueles que fizeram isso, e naqueles que não sabem o que foi isso. A estátua não está de frente para o Batalhão por

nenhum motivo especial. Não recebemos nenhuma pressão do Exército e também não iríamos nos curvar a nenhuma pressão. Esperamos apenas que as Forças Armadas tenham a coragem de limpar essa mancha na sua história, para que não haja conivência e repetição", disse Olímpio.

O presidente da Fisenge, Clovis Nascimento, reafirmou a importância do resgate da memória e da verdade para a democracia brasileira. "A Comissão Nacional da Verdade tem feito trabalhos excelentes em busca da verdade, mas é preciso reforçá-la e respaldá-la. Somente com o conhecimento da nossa história é que avançaremos. Infelizmente, o Brasil é o único país da América Latina que ainda mascara as atrocidades do golpe civil-militar", disse Clovis. Já a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, lembrou as mulheres lutadoras do Brasil. "Homenagear Rubens Paiva significa saudar a luta de homens e mulheres que lutaram e lutam até hoje pela liberdade do povo brasileiro. Resgatar a história é fundamental para a democracia brasileira e é preciso lembrar para nunca mais repetir os horrores da ditadura militar", ressaltou, lembrando uma frase da lutadora Olga Benário, companheira de Luís Carlos Prestes: "Lutei pelo justo, pelo bom e pelo melhor do mundo".

O diretor do Senge-RJ, Marco Antonio Barbosa, bastante emocionado, citou Nelson Sargento ao dizer que ainda não existe no dicionário uma palavra para descrever o que estava sentindo no momento. "Fazemos certas coisas

na vida que ficam para sempre. Tenho muito orgulho de ter feito parte dessa homenagem. Nossa geração tem a obrigação de manter viva na memória essa história", defendeu.

A homenagem foi iniciada com a reprodução do áudio do discurso que Paiva fez para a Rádio Nacional de São Paulo, no dia 1º de abril de 1964. No discurso, Paiva defendeu a legalidade do governo do presidente João Goulart e conclamou o povo para apoiar o projeto popular de Jango, por um país mais justo, que desse ao povo brasileiro uma participação na riqueza nacional, em vez de privilegiar uma minoria.

"É como se a gente tivesse, finalmente, um lugar para homenageá-lo. Agora eu tenho um lugar onde posso trazer flores. Essa experiência de quem tem familiar desaparecido é a dificuldade de encerrar esse ciclo de luto", disse Vera. Ela ainda reforçou a importância de conhecer a verdade sobre a história do país. "O caso de nosso pai é apenas um dos exemplos de violação de direitos humanos e tenho certeza de que milhares de famílias viveram e ainda vivem essa situação, como é o caso Amarildo. Precisamos contar e aprofundar nossas histórias", ratificou Vera.

Nelson Rodrigues Filho, que foi torturado no local durante a Ditadura, também se disse emocionado com a homenagem. "Devemos sempre lembrar o que aconteceu neste local durante aqueles anos, para que não se repita", afirmou.



Sobre Rubens

Rubens Paiva foi eleito deputado federal em 1962, por São Paulo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o discurso para a Rádio Nacional, foi cassado e se exilou por nove meses. De volta ao Brasil, retomou a atividade de engenheiro, no Rio de Janeiro, sem abandonar a resistência à ditadura e o apoio a exilados políticos. Foi preso em 20 de janeiro de 1971 e nunca mais foi visto. A esposa e a filha mais velha foram levadas para o DOI-CODI um dia depois, mas não viram Rubens Paiva. Além do busto, também foi montada uma exposição que lembrou a trajetória política e profissional de Rubens Paiva, com a curadoria de Vladimir Sacchetta. O busto foi feito pelo artista plástico Edgar Duvivier.



Engenharia é a arte de organizar e dirigir o trabalho do homem, e utilizar os materiais e as energias da natureza, em função do bem comum. Na obra do engenheiro, com as responsabilidades que atribui aquela definição primeira, sentimos que se evidencia, de forma inequívoca, a predominância dos valores eminentemente sociais e humanos. Difícil seria determinar a origem da atividade intensa que nos aguarda. Sabemos, entretanto, que para atender aos reclamos da Pátria é preciso, antes de mais nada, sentir os seus problemas.

A pedra de toque da nossa vida econômica, a mola propulsora de nosso progresso pode, no momento, se resumir num único anseio: mais energia! Energia que nos permita plantar as chaminés fumegantes de uma indústria pesada, energia que representa a elevação do padrão de vida de nossos irmãos. Contribuindo para que rodem novas turbinas e novos motores, estaremos trabalhando diretamente para dar uma vida condigna ao povo brasileiro, que não merece continuar abandonado à própria sorte.

No campo da energia, os primeiros passos já foram dados, seja com a posição do Congresso Nacional em defesa do potencial atômico, ao proibir a alienação danosa das areias monazíticas, seja com o aproveitamento de parte de nosso potencial hidrelétrico, ou com a exploração das nossas jazidas petrolíferas. Fundamental se faz que a mocidade, com seu dinamismo vivificador, venha para a luta, cerrando fileiras em torno daqueles que, a custa de duras penas, têm realmente sabido defender com desinteresse o bem da Pátria.”

Trecho do discurso de **RUBENS PAIVA**, orador da turma, na solenidade de colação de grau da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, em 22 de dezembro de 1954



ORGANIZAÇÃO:

fisenge

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DE
SINDICATOS DE ENGENHEIROS



Senge RJ

PATROCÍNIO:

CAIXA

Sistema
CONFEA  **CREA** | 80 anos

 **MUTUA**

APOIO:

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

BENEFÍCIO QUE FAVORECE A
REFORMA
DO
escritório ou
da casa



juros de
apenas
0,30 a 0,45%
a.m. + INPC
Variando de acordo com
o prazo de reembolso

■ **CONSTRUA JÁ**

reforma ou construção,
equipamentos, móveis planejados
e pagamento de mão de obra



Fale conosco **0800 61 0003**

Veja outros benefícios **www.mutua.com.br**

Mídias sociais

twitter: @comunicaMutua

facebook: Mútua de Assistência

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA
Conselhos Regionais de Engenharia
e Agronomia



MUTUA

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA



mais qualidade na sua vida.